



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico do Ministério Público
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova, Cargo K08, Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 90 questões, numeradas de 1 a 90.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos acaba de completar 60 anos. Ela representa a eterna aspiração da humanidade para uma vida com liberdade e dignidade para todos.

Se, por um lado, progressos consideráveis foram obtidos em campos como combate ao racismo, condenação dos regimes ditatoriais e promoção da igualdade de gênero, por outro lado, desafios surgiram com novos atos de violação dos direitos humanos e, conseqüentemente, passíveis de condenação no âmbito da Declaração Universal. São os casos da violência e da discriminação a qualquer título e das novas formas de terrorismo. Isso sem falar em questões antigas, ainda longe de serem resolvidas, como a luta contra o tráfico de pessoas e a tortura.

Nesse contexto, o acesso à informação é de importância capital e um direito que também precisa ser efetivado. O mais amplo acesso às avançadas tecnologias de informação e comunicação é fundamental para que todos tenham conhecimento de seus direitos e das violações cometidas, independentemente de onde ocorram e contra quem.

Por mais paradoxal que pareça, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o instrumento internacional mais citado no mundo, mas está disponível em apenas 350 das cerca de 7.000 línguas faladas e catalogadas no planeta. Ou seja, nem todos têm acesso ao conteúdo da declaração que assegura seus direitos. E tais direitos só serão efetivamente reivindicados, garantidos e exercidos quando forem devidamente conhecidos.

Portanto, ampliar a disseminação dessa declaração é tarefa que precisa ser abraçada como prioridade, especialmente em benefício dos grupos minoritários, os mais vulneráveis e marginalizados.

Aqui a mídia tem um papel decisivo, atuando inclusive como mobilizadora da sociedade contra as violações cometidas globalmente. Assegurar o direito a uma mídia livre e pluralista, em que todas as vozes sejam ouvidas é, pois, garantia da promoção dos direitos humanos e do monitoramento contra suas violações.

(Trecho do artigo de Marcio Barbosa, Diretor-geral-adjunto da UNESCO. **Folha de S. Paulo**, 10 de dezembro de 2008, A3, com adaptações)

1. Identifica-se ressalva na articulação entre as orações do período transcrito em:
 - (A) *Assegurar o direito a uma mídia livre e pluralista (...) é, pois, garantia da promoção dos direitos humanos e do monitoramento contra suas violações.*
 - (B) *O mais amplo acesso às avançadas tecnologias de informação e comunicação é fundamental para que todos tenham conhecimento de seus direitos e das violações cometidas ...*
 - (C) *... a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o instrumento internacional mais citado no mundo, mas está disponível em apenas 350 das cerca de 7.000 línguas faladas e catalogadas no planeta.*
 - (D) *E tais direitos só serão efetivamente reivindicados, garantidos e exercidos quando forem devidamente conhecidos.*
 - (E) *Portanto, ampliar a disseminação dessa declaração é tarefa que precisa ser abraçada como prioridade, especialmente em benefício dos grupos minoritários, os mais vulneráveis e marginalizados.*
2. De acordo com o 2º parágrafo do texto, a Declaração dos Direitos Humanos
 - (A) pecou pela sua pouca abrangência na conceituação dos direitos nela previstos, pois não foram incluídos casos extremos de violação, como o terrorismo.
 - (B) permitiu que se conhecessem todas as formas de violação desses direitos e, por conseqüência, se tornasse efetivo o combate a tais violações.
 - (C) obteve pouco êxito em seu propósito de oferecer vida digna à humanidade, pois seus objetivos eram excessivamente amplos para serem respeitados por todas as nações.
 - (D) possibilitou o combate eficaz de alguns tipos de violação desses direitos, apesar de permanecerem ainda situações não resolvidas e terem surgido novas formas de violência.
 - (E) conseguiu pôr em prática o ideal que norteou sua publicação, garantindo principalmente a liberdade e a dignidade das populações de todo o planeta.
3. A afirmativa de que a Declaração *está disponível em apenas 350 línguas* (4º parágrafo) constitui, no contexto,
 - (A) a comprovação de que é impossível reconhecer-se um documento realmente internacional pela dificuldade de sua divulgação em todos os idiomas existentes no planeta.
 - (B) uma opinião pessoal, no sentido de que há pouco conhecimento das línguas faladas no mundo todo, o que impede a publicação desse importante documento.
 - (C) um dado que contraria o objetivo principal da Declaração, tendo em vista que esse documento não se tornou universal, como pretendiam seus signatários.
 - (D) a constatação de que, apesar dos amplos objetivos que nortearam a criação desse documento, as barreiras linguísticas impediram a divulgação dos direitos previstos.
 - (E) um fato que vai justificar a opinião de que somente uma ampla divulgação do documento poderá garantir a efetivação universal dos direitos nele contidos.



4. ... é tarefa que precisa ser abraçada como prioridade ... (5º parágrafo)
- O verbo que admite a mesma transformação que ocorre no exemplo grifado acima está também grifado na frase:
- (A) A melhoria das condições de vida das populações no planeta exige esforços contínuos.
- (B) Educação de qualidade para todos é a chave para um futuro melhor.
- (C) Um terço da população mundial ainda permanece em estado de pobreza.
- (D) O cumprimento dos ideais da Declaração precisa da atenção de governos e da sociedade civil.
- (E) A Declaração dos Direitos Humanos surgiu em um momento traumático, após a II Guerra Mundial.
-
5. *Isso sem falar em questões antigas, ainda longe de serem resolvidas, como a luta contra o tráfico de pessoas e a tortura.* (2º parágrafo)
- A afirmativa acima encontra-se reproduzida, com clareza e correção, sem alteração do sentido original, em:
- (A) A prática da tortura e do tráfico de pessoas, são o antigo problema que não tem solução ainda hoje.
- (B) Antigos problemas, entre eles a luta contra o tráfico de pessoas e a tortura, permanecem ainda sem solução.
- (C) As questões antigas, que ainda não foi resolvidas, contra o tráfico de pessoas e a tortura, é o que deve ser tratado entre elas.
- (D) Não se fala no resultado de questões antigas, que ainda não foi resolvido, como a luta contra o tráfico de pessoas e a tortura.
- (E) Lutar contra o tráfico de pessoas e a tortura é velhas questões que ainda não foi resolvido.
-
6. ... para que todos tenham conhecimento de seus direitos e das violações cometidas ... (3º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que aparece o grifado acima está também grifado na frase:
- (A) ... tais direitos só serão efetivamente reivindicados, garantidos e exercidos ...
- (B) ... desafios surgiram com novos atos de violação dos direitos humanos ...
- (C) ... ainda longe de serem resolvidas, como a luta contra o tráfico de pessoas e a tortura.
- (D) ... independentemente de onde ocorram e contra quem.
- (E) ... nem todos têm acesso ao conteúdo da declaração ...
-
7. Os objetivos que se propunham os idealizadores da Declaração dos Direitos Humanos referiam-se criação de situações favoráveis de vida mais diversas populações do planeta.
- As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:
- (A) a - a - às
- (B) à - à - as
- (C) à - à - às
- (D) à - a - as
- (E) a - à - às
-
8. Identificam-se parônimos no par de expressões transcritas em:
- (A) importância capital // importância fundamental.
- (B) tráfico de pessoas // tráfego de pessoas.
- (C) tecnologias de informação // comunicação tecnológica.
- (D) violações cometidas // violações reprimidas.
- (E) vida com liberdade // vida com dignidade.
-
9. Considere as frases abaixo:
- I. Os horrores trazidos pela II Guerra Mundial marcaram o porquê da criação de um documento internacional que garantisse o respeito aos direitos humanos.
- II. Sem conhecer seus direitos, os indivíduos não saberão dispor dos instrumentos nem apresentar razões porque reivindicar sua efetiva aplicação.
- III. Por falta de divulgação dos termos previstos na Declaração Universal, grupos minoritários se tornam mais vulneráveis à violação de seus direitos, sem mesmo saber por que.
- IV. São inúmeros os benefícios trazidos pela Declaração Universal, embora exista desrespeito aos direitos nela previstos, como a persistência da pobreza, por que passa um terço da população mundial.
- Estão escritos corretamente os termos que aparecem grifados em
- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.



Atenção: As questões de números 10 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sociólogo belgo-canadense Derrick de Kerckhove define de maneira singular o atual momento em que se dá a evolução da tecnologia. "Vivemos em estado permanente de inovação, e não é possível detê-la."

Discípulo do filósofo Marshall McLuhan, famoso por ter lançado o conceito de aldeia global, Kerckhove explica seu raciocínio mostrando que, entre a aquisição da linguagem humana e o surgimento da escrita, houve um intervalo de 1.400 gerações. Da escrita ao desenvolvimento da imprensa, esse prazo sofreu uma brutal redução: passaram-se 265 gerações. Já revoluções recentes, que disseminaram a televisão, o computador e a internet, ocorrem em intervalos de poucos anos. E todas têm sido vivenciadas por uma ou duas gerações. É um ritmo estonteante de novidades.

Kerckhove define que o meio é a base para esse salto da inovação. As sociedades orais eram mais conservadoras, porque tinham no corpo seu limite para a difusão da linguagem. Guardavam na memória tudo o que fosse necessário para o bom funcionamento do grupo. Com a escrita, o aprendizado tornou-se mais fácil. O homem pôde inovar, usando os registros históricos. O surgimento da impressão trouxe um novo paradigma. Outra importante etapa na escalada da evolução tecnológica deu-se com a eletricidade. Como meio, ela passou a transportar a linguagem – pelo telégrafo, pelo rádio e pela televisão – e ajudou a vencer qualquer distância. Depois, associou-se à digitalização. "Assim nasceram as condições para o atual estado de inovação permanente", diz ele.

(Adaptado de Ana Paula Baltazar. **Veja Especial Tecnologia**, setembro de 2008, p. 52)

10. O último parágrafo do texto exemplifica o que é afirmado anteriormente em:

- (A) ... que disseminaram a televisão, o computador e a internet ...
- (B) É um ritmo estonteante de novidades.
- (C) ... o atual momento em que se dá a evolução da tecnologia.
- (D) ... famoso por ter lançado o conceito de aldeia global ...
- (E) ... esse prazo sofreu uma brutal redução...

11. O surgimento da impressão trouxe um novo paradigma. (3º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:

- (A) "Assim nasceram as condições para o atual estado de inovação permanente ..."
- (B) ... define de maneira singular o atual momento ...
- (C) "Vivemos em estado permanente de inovação ..."
- (D) ... ocorrem em intervalos de poucos anos.
- (E) Com a escrita, o aprendizado tornou-se mais fácil.

12. A afirmativa INCORRETA a respeito do emprego de sinais de pontuação no texto é:

(A) ... ela passou a transportar a linguagem – pelo telégrafo, pelo rádio e pela televisão – e ajudou ...

Os travessões podem ser perfeitamente substituídos por vírgulas, sem alteração do sentido original.

(B) "Vivemos em estado permanente de inovação, e não é possível detê-la."

As aspas assinalam a reprodução das palavras do sociólogo citado.

(C) ... esse prazo sofreu uma brutal redução: passaram-se 265 gerações.

O segmento após os dois-pontos tem sentido explicativo.

(D) Depois, associou-se à digitalização.

A presença de uma vírgula após o verbo seria também aceita pela norma culta.

(E) ... ocorrem em intervalos de poucos anos. E todas têm sido vivenciadas ...

O ponto final entre as duas frases poderá ser substituído por vírgula, sem alteração do sentido original.

13. Kerckhove define que o meio é a base para esse salto da inovação. (3º parágrafo)

Segundo o Dicionário Houaiss, o vocábulo **meio** pode significar:

1. parte de uma coisa equidistante de seus bordos, extremidades; metade.
2. o centro de um espaço; lugar que dista igualmente de todos os pontos a seu redor.
3. momento que separa em duas partes iguais um espaço de tempo.
4. aquilo que ocupa uma posição entre duas ou mais coisas.
5. aquilo que serve para ou permite alcançar um fim.

O sentido de **meio** na frase acima está mais próximo de

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.



14. Todas as palavras estão escritas corretamente na frase (não estão sendo consideradas as alterações que passaram a vigorar recentemente):
- (A) A era digital atingiu uma nova e insólita fronteira com a digitalização do dia-a-dia de um indivíduo, o que resulta numa espécie de memória sobressalente e acessível ao clique de um mouse.
- (B) A indústria de eletrônicos busca hoje consiliar o menor número de assessórios no menor espaço possível – daí o celular atual ter-se tornado bem mais leve do que o primeiro modelo, lançado nos anos 80.
- (C) Uma série de novidades tecnológicas está à disposição dos usuários, como os sensores em celulares que monitoram o deslocamento das pessoas, para compreender o mecanismo de disseminação de epidemias.
- (D) O ritmo das inovações evoluiu lentamente apartir do desenvolvimento da linguagem, mas, com a eletricidade, as gerações se sucedem cada vez mais rapidamente, com saltos ininterruptos entre uma novidade e outra.
- (E) O avanço das tecnologias de comunicação sempre exerceu facínio na história da humanidade e, atualmente, o mercado dos serviços baseados em localização encontra-se em franca expansão.

15. *As sociedades orais eram mais conservadoras, porque tinham no corpo seu limite para a difusão da linguagem. Guardavam na memória tudo o que fosse necessário para o bom funcionamento do grupo.* (3º parágrafo)

O emprego das formas verbais grifadas acima indica

- (A) repetição habitual de fatos que se estendem até o presente.
- (B) expressão de uma dúvida quanto aos fatos mencionados.
- (C) propósito exposto com certa hesitação.
- (D) enquadramento de ações em um tempo determinado.
- (E) situação presente numa época referida no passado.

Atenção: As questões de números 16 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Que o desenho é uma das mais antigas formas de expressão do homem, não é novidade para ninguém. Os primeiros rabiscos nas paredes das cavernas devem ter feito o maior sucesso. De lá, para enquadrá-los, botar falas nos balões, imprimir e distribuí-los nas bancas de jornal, levou tempo – alguns milênios, certamente. Mas é evidente o poder de atração que essa conjunção de traços, cores e diálogos exerce sobre nós, a despeito da idade do apreciador.

A produção em série de histórias em quadrinhos só se tornou viável no século XIX. Conhecidas inicialmente como "literatura em estampas" ou "romances caricaturados", surgem como suplementos humorísticos de jornal. E catapultam as vendas.

Há detratores, claro, e sempre houve. Já as acusaram de se prestarem a funções ideológicas e políticas; de serem alienantes; de possuírem intenções imperialistas. E não sem razão. Ao longo da história, elas serviram para os mais variados fins, assim como livros, filmes e obras de arte. Nelas pode caber tudo de bom e de pior, como no mundo. Felizmente, temos

*defensores. Para Carlos Patati, roteirista e autor do **Almanaque dos Quadrinhos**, elas apenas "retratam uma época específica em que estão inseridas".*

Mas como, afinal, definir uma história em quadrinhos? Uma revista, uma tira, uma charge? Para outro especialista no assunto, Álvaro de Moya, todos esses formatos são HQ: "É uma narrativa que conta uma história a partir de elementos gráficos". Moya defende que se trata de uma forma de arte de alcance extraordinário.

(Adaptado de Paulo Ribeiro Gallucci e Guilherme Resende. **Brasil: Almanaque de cultura popular**. Andreato comunicação e cultura, janeiro 2008, p. 20)

16. ... apenas "retratam uma época específica em que estão inseridas". (3º parágrafo)

A frase entre aspas tem seu sentido original expresso corretamente, com outras palavras, em:

- (A) sofrem críticas em determinadas ocasiões, por nem sempre refletirem anseios de sua época.
- (B) se valorizam à medida que as histórias se voltam para fatos que ocorrem num determinado momento.
- (C) têm por objetivo principal agradar o maior número possível de leitores, em determinada época.
- (D) se confundem com a realidade vivida pelos leitores, especialmente se forem utilizadas para divertir.
- (E) representam valores e maneiras de pensar de uma sociedade, em um determinado período de tempo.

17. A afirmativa correta, de acordo com o texto, é:

- (A) Um grande número de críticos das histórias em quadrinhos baseia suas restrições no fato de que elas são, muitas vezes, caricaturas de romances, com foco em situações de humor, para ampliar as vendas de jornais.
- (B) As histórias em quadrinhos, como qualquer manifestação artística, foram utilizadas ao longo da História para os mais diversos fins, muito além de serem somente um passatempo.
- (C) As histórias em quadrinhos constituem uma forma de literatura que vem desde as primeiras manifestações artísticas do homem, servindo para distrair leitores de jornais e iniciar crianças na leitura.
- (D) O gênero literário dos quadrinhos é bastante abrangente, de modo que inclui toda espécie de manifestação artística, até mesmo os primeiros desenhos feitos nas paredes das cavernas.
- (E) A divulgação das histórias em quadrinhos no mundo todo, atualmente, permite afirmar sua superioridade artística, que ultrapassa até mesmo o valor de filmes, livros ou obras de arte.

18. Fica evidente no texto que o sucesso das histórias em quadrinhos se baseia, especificamente,

- (A) na possibilidade de serem produzidas em série, com os recursos atuais de impressão.
- (B) no bom humor, que continua sendo sua característica, desde o início.
- (C) no uso de elementos gráficos, que garantem seu alcance, para contar uma história.
- (D) nas caricaturas de pessoas conhecidas do público, especialmente os políticos.
- (E) nas múltiplas finalidades a que servem essas histórias em todas as épocas.



19. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) O segredo do sucesso das histórias estão nas emoções expressas nos quadrinhos, pois se tratam de uma linguagem universal.
- (B) Pessoas de renome em nossa literatura, como Carlos Drummond de Andrade, conta que as histórias em quadrinhos fizeram parte de sua infância.
- (C) No final dos anos 1940, as histórias ganham mais dramaticidade e os heróis, para conquistar o público, passa a ser mais complexos.
- (D) Vários são os autores, nacionais e internacionais, cujas obras clássicas foram adaptadas e publicadas em quadrinhos.
- (E) Autores criativos, como Maurício de Sousa, dá forma a suas próprias histórias, que faz sucesso principalmente entre a garotada.
20. A substituição do segmento grifado pelo pronome correspondente está INCORRETA em:
- (A) *que conta uma história* = que lhe conta.
- (B) *devem ter feito o maior sucesso* = devem tê-lo feito.
- (C) *temos defensores* = temo-los.
- (D) *retratam uma época específica* = retratam-na.
- (E) *definir uma história em quadrinhos* = defini-la.
21. Dada a referência de células A1:C3 de uma planilha do BrOffice.org Calc, a quantidade de células referenciadas é
- (A) 9.
- (B) 6.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.
22. A resolução da tela do Windows XP pode ser modificada na aba
- (A) Aparência da janela Propriedades do sistema.
- (B) Área de trabalho da janela Propriedades de vídeo.
- (C) Aparência da janela Propriedades de vídeo.
- (D) Configurações da janela Propriedades de vídeo.
- (E) Configurações da janela Propriedades do sistema.
23. O Windows XP abrirá diretamente um programa, pasta, documento ou site da Internet, se tiver, por meio do botão Iniciar, digitado o nome do recurso desejado na caixa
- (A) Ajuda e suporte.
- (B) Pesquisar.
- (C) Executar.
- (D) Conectar.
- (E) Painel de controle.
24. A escolha de um notebook com processador Intel de mais recursos ou recursos mais aprimorados deve recair sobre um processador
- (A) Pentium Duo Core.
- (B) Core 2 Duo.
- (C) Core Duo.
- (D) Celeron.
- (E) Pentium 4.
25. Na configuração de formato do papel de um documento do BrOffice.org Writer, os parâmetros Formato, Paisagem e Retrato podem indicar, respectivamente,
- (A) tamanho carta, orientação vertical e orientação horizontal.
- (B) layout de página, tamanho vertical e tamanho horizontal.
- (C) orientação vertical, tamanho carta e tamanho A4.
- (D) orientação horizontal, tamanho A4 e tamanho carta.
- (E) tamanho A4, orientação horizontal e orientação vertical.
26. As concessionárias de telecomunicações oferecem, aos usuários da Internet, *links* de comunicação que operam, entre outras, a uma taxa de transmissão de 2, 4, 6 e 12 Mbps, que corresponde à velocidade medida em
- (A) *megabytes* por segundo.
- (B) *bits* por segundo.
- (C) *bytes* por segundo.
- (D) caracteres por segundo.
- (E) *píxeis* por segundo.
27. Uma página Web é obtida na Internet por meio do endereço URL que basicamente indica o
- (A) protocolo, o nome do computador hospedeiro, o caminho e o nome da página.
- (B) caminho e o nome da página, apenas.
- (C) protocolo, o caminho e o nome da página, apenas.
- (D) protocolo, o nome da computador hospedeiro e o nome da página, apenas.
- (E) nome do computador hospedeiro, o caminho e o nome da página, apenas.
28. Uma mensagem de correio eletrônico enviada ao servidor de um destinatário será recuperada e transferida para o computador deste destinatário por meio do protocolo
- (A) SNMP.
- (B) HTTP.
- (C) IMAP.
- (D) POP3.
- (E) SMTP.
29. À direita do símbolo @ (arroba) de um endereço de email normalmente indica-se o
- (A) nome do usuário, nome do domínio, categoria do domínio e o país.
- (B) nome do domínio e o país, apenas.
- (C) nome do usuário, nome do domínio e o país, apenas.
- (D) nome do usuário, categoria do domínio e o país, apenas.
- (E) nome do domínio, categoria do domínio e o país, apenas.



30. Ao escolher um notebook contendo um *combo drive* significa dizer que o computador tem capacidade de
- (A) ler e gravar apenas CD.
 - (B) apenas ler tanto CD quanto DVD.
 - (C) ler e gravar DVD e apenas ler CD.
 - (D) ler e gravar CD e apenas ler DVD.
 - (E) ler e gravar tanto CD quanto DVD.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere as seguintes afirmações sobre disposições da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público relativas ao cargo de Procurador-Geral de Justiça dos Estados:

- I. Os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral.
- II. O Procurador-Geral de Justiça do Estado será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- III. Caso não se efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será reconduzido automaticamente para o cargo o seu ocupante no momento da realização da eleição.
- IV. A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
32. O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe
- (A) tomará posse em sessão solene, na segunda quinzena de janeiro dos anos pares.
 - (B) será eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça na primeira quinzena de dezembro dos anos ímpares, permitida uma recondução.
 - (C) poderá ser destituído do mandato pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder.
 - (D) será assessorado por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, por ele indicado e designado pelo Colégio de Procuradores.
 - (E) poderá ser auxiliado, em caráter excepcional, na realização de correição, por Promotores de Justiça da entrância mais elevada, devidamente designados pelo Colégio de Procuradores.

33. NÃO é situação que enseja a demissão de membro vitalício do Ministério Público do Estado de Sergipe:
- (A) exercício da advocacia.
 - (B) reincidência em falta punida com suspensão.
 - (C) abandono do cargo pela interrupção injustificada do exercício das funções por mais de quinze dias consecutivos, no período de doze meses.
 - (D) condenação definitiva por crime punido com reclusão, contra o patrimônio, costumes, administração e fé públicas e por tráfico de entorpecentes.
 - (E) conduta incompatível com o exercício do cargo, nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado.

34. São inelegíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe os Procuradores de Justiça que
- (A) houverem sido condenados por crimes dolosos, com decisão transitada em julgado.
 - (B) tiverem exercido, em caráter definitivo, em qualquer período, a função de Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - (C) tenham sido afastados do cargo, nos últimos seis anos, por conduta incompatível ou abuso de poder.
 - (D) tenham se afastado da carreira, por prazo superior a noventa dias, no biênio anterior, salvo por motivo de saúde.
 - (E) tiverem exercido, a qualquer momento, a presidência de entidade de classe.

35. Sobre a promoção e remoção de membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, por antiguidade ou merecimento, estabelece a Lei Orgânica respectiva que
- (A) a remoção e a promoção voluntárias dependem de prévia manifestação escrita do Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) a promoção deve ser feita, alternadamente, por antiguidade e merecimento, sempre para o cargo de igual entrância.
 - (C) a lista de merecimento deve resultar dos cinco nomes mais votados, desde que obtida maioria dos votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias.
 - (D) na apuração da antiguidade, o Conselho Superior somente pode recusar o membro do Ministério Público mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
 - (E) para a aferição do merecimento, o Conselho Superior do Ministério Público, mediante critérios objetivos, levará em consideração o desempenho, a produtividade e presteza no exercício da atividade ministerial e a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

36. A pena de morte, conforme estabelece a Constituição Federal brasileira,
- (A) não poderá ser aplicada ao brasileiro nato ou naturalizado.
 - (B) poderá ser substituída por prisão perpétua.
 - (C) é proibida, sem qualquer exceção, por violar o direito fundamental à vida.
 - (D) poderá ser aplicada em caso de guerra declarada.
 - (E) poderá ser aplicada em caso de prática de crimes hediondos e de terrorismo.



<p>37. Determina a Constituição que o Distrito Federal</p> <p>(A) é governado por um interventor, nomeado pelo Presidente da República, pelo fato de ser a sede da capital federal.</p> <p>(B) é regido por uma Constituição Distrital.</p> <p>(C) possui Poder Legislativo próprio denominado Assembleia Legislativa Distrital.</p> <p>(D) não pode ser dividido em Municípios.</p> <p>(E) possui competências legislativas reservadas à União e aos Estados-Membros.</p>	<p>42. O servidor público estável perderá o cargo</p> <p>(A) por doença incapacitante ou de grave risco de contágio infeccioso.</p> <p>(B) em virtude de sentença judicial, mesmo que pendente de recurso.</p> <p>(C) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.</p> <p>(D) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho e comportamento, na forma de lei ordinária.</p> <p>(E) por incompatibilidade ideológica com o chefe da repartição.</p>
<p>38. São privativos de brasileiro nato os cargos de</p> <p>(A) Oficial das Forças Armadas e Ministro das Relações Exteriores.</p> <p>(B) Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa.</p> <p>(C) Vice- Presidente da República e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) membro da carreira diplomática e Senador.</p> <p>(E) Ministro do Supremo Tribunal Federal e Deputado Federal.</p>	<p>43. A Constituição determina expressamente que são princípios da Administração Pública:</p> <p>(A) publicidade, moralidade e eficiência.</p> <p>(B) impessoalidade, moralidade e imperatividade.</p> <p>(C) hierarquia, moralidade e legalidade.</p> <p>(D) legalidade, impessoalidade e auto-executoriedade.</p> <p>(E) impessoalidade, presunção de legitimidade e hierarquia.</p>
<p>39. Segundo a Constituição Federal brasileira de 1988, o brasileiro nato</p> <p>(A) poderá ter mais direitos do que o brasileiro naturalizado, caso a Constituição estabeleça a distinção.</p> <p>(B) é protegido sem restrições e, portanto, não poderá perder a nacionalidade em nenhuma hipótese.</p> <p>(C) poderá adquirir outra nacionalidade, desde que abdique da condição de brasileiro nato.</p> <p>(D) não poderá ser extraditado, salvo comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.</p> <p>(E) poderá ter cancelada sua condição de brasileiro nato, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.</p>	<p>44. Em relação aos cargos, empregos e funções públicas, estabelece a Constituição que</p> <p>(A) o servidor público civil não tem direito à livre associação sindical.</p> <p>(B) são acessíveis aos estrangeiros na forma da lei.</p> <p>(C) a investidura em emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público.</p> <p>(D) o prazo de validade dos concursos públicos é de dois anos, vedada, em qualquer hipótese, sua prorrogação.</p> <p>(E) a remuneração dos servidores públicos federais é fixada ou alterada por Decreto do Presidente da República.</p>
<p>40. Em relação aos direitos políticos, estabelece a Constituição que</p> <p>(A) o Vice-Governador que tenha assumido o cargo de Governador por falecimento do titular não poderá concorrer à reeleição, mesmo que para um único período subsequente.</p> <p>(B) os analfabetos, embora sejam inelegíveis, podem votar.</p> <p>(C) é permitida a cassação de direitos políticos, no caso de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o Presidente da República, para concorrer a outros cargos, não precisa renunciar a seu mandato até seis meses antes do pleito.</p> <p>(E) o militar alistável é elegível e, se contar com mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.</p>	<p>45. É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários no caso de</p> <p>(A) dois cargos técnicos ou científicos.</p> <p>(B) dois cargos de professor com outro, técnico ou científico.</p> <p>(C) três cargos de professor.</p> <p>(D) dois cargos técnicos com um cargo de professor.</p> <p>(E) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.</p>
<p>41. São unidades federadas autônomas, conforme a organização político-administrativa do Brasil,</p> <p>(A) Estados-Membros e Regiões Metropolitanas.</p> <p>(B) União e Territórios.</p> <p>(C) Estados-Membros e Municípios.</p> <p>(D) União e Regiões Metropolitanas.</p> <p>(E) Territórios e Distrito Federal.</p>	



46. Pode ser apontada como uma inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004:
- (A) o reconhecimento do interrogatório por videoconferência para fins de investigação criminal.
 - (B) a extinção dos Tribunais de Justiça Estaduais, onde houvesse.
 - (C) a ampla reforma das competências do Tribunal de Contas da União.
 - (D) a possibilidade de se conferir nível de norma constitucional aos acordos comerciais, tratados e convenções internacionais assinados pelo Brasil.
 - (E) a criação do Conselho Nacional de Justiça.
47. Em caso de impedimento do Presidente e Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, será primeiramente chamado ao exercício da Presidência o
- (A) Procurador-Geral da República.
 - (B) Presidente do Senado Federal.
 - (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Ministro da Casa Civil.
 - (E) Presidente da Câmara dos Deputados.
48. Caso o Presidente da República seja acusado por crime de responsabilidade,
- (A) ficará suspenso de seu cargo e será submetido a julgamento perante o Congresso Nacional.
 - (B) será processado perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) não poderá ser julgado na vigência de seu mandato.
 - (D) será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
 - (E) perderá imediatamente o cargo e será julgado pelo Conselho de Defesa Nacional.
49. Sobre a estrutura do Poder Legislativo, na esfera federal, estabelece a Constituição que
- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
 - (B) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário.
 - (C) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
 - (D) a renovação da composição do Senado Federal ocorre a cada quatro anos, alternadamente, por um terço e dois terços dos membros da Casa.
 - (E) cada Senador será eleito com um suplente, para um mandato de quatro anos.
50. Sobre a súmula vinculante, é correto afirmar que
- (A) não abrangerá matéria constitucional, a qual está subordinada à contínua interpretação do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, a partir de sua publicação na imprensa oficial.
 - (C) poderá ser elaborada pelos Tribunais Superiores para uniformizar sua jurisprudência, a fim de evitar grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
 - (D) poderá ser cancelada pelos Tribunais Superiores, mediante solicitação do Advogado-Geral da União.
 - (E) não poderá ser aprovada de ofício pelo Supremo Tribunal Federal, em decorrência do princípio da inércia do Poder Judiciário.
51. NÃO é hipótese de recebimento de gratificação por periculosidade o exercício, pelo servidor público do Estado de Sergipe, de função que
- (A) compreenda o manuseio de materiais inflamáveis ou explosivos.
 - (B) compreenda o convívio com doentes portadores de quaisquer moléstias.
 - (C) o ponha em contato com doentes mentais comprovadamente perigosos.
 - (D) implique o desempenho de atividade de fiscalização tributária nos postos fiscais do Estado.
 - (E) o ponha em contato direto com população carcerária.
52. O servidor público do Estado de Sergipe que for eleito para mandato eletivo será afastado de seu cargo,
- (A) salvo se investido de mandato em cargo de Prefeito e houver compatibilidade de horário.
 - (B) em qualquer hipótese.
 - (C) salvo se detentor de cargo efetivo.
 - (D) salvo se investido de mandato em cargo eletivo federal ou estadual.
 - (E) salvo se investido de mandato em cargo de Vice-Prefeito e houver compatibilidade de horário.
53. Considere as entidades abaixo relacionadas:
- I. Sociedade de economia mista sob controle do Estado de Sergipe.
 - II. Fundação pública instituída pelo Estado de Sergipe.
 - III. Associação pública mantida entre a União e o Estado de Sergipe.
- São integrantes da administração indireta do Estado de Sergipe as entidades citadas nos itens
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.



54. A remuneração por meio de subsídio em parcela única é obrigatória para
- (A) os Ministros dos Tribunais Superiores, os Desembargadores do Tribunal de Justiça e os juízes equivalentes em nível Municipal.
 - (B) o chefe do Poder Executivo e respectivos auxiliares, bem como os dirigentes superiores das entidades da administração indireta.
 - (C) os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.
 - (D) o membro de Poder, os detentores de mandato eletivo e os ocupantes de cargo de chefia ou comissão.
 - (E) o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais, apenas.
55. O servidor público titular de cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade após
- (A) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, independentemente de qualquer outra formalidade, ou após aprovação em avaliação especial de desempenho, se dispensado do estágio probatório.
 - (B) sua regular aprovação em concurso público.
 - (C) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, independentemente de qualquer outra formalidade.
 - (D) decorridos 3 (três) anos de exercício do cargo, se aprovado em avaliação especial de desempenho.
 - (E) aprovação em avaliação especial de desempenho e regular exercício do estágio probatório, a qualquer tempo.
56. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPIs) são entidades
- (A) criadas pelo Poder Público em parceria com entes particulares, visando à celebração de Contratos de Gestão nas respectivas áreas de atuação, podendo integrar ou não as respectivas administrações indiretas.
 - (B) qualificadas como tal por ato do Ministério da Justiça e que podem celebrar termos de parceria com órgãos de qualquer ente da federação, para o exercício de atividades definidas na lei como de interesse público.
 - (C) integrantes da administração indireta da União, dos Estados ou dos Municípios e que podem exercer, por ato de delegação, atividades de interesse público definidos na lei de sua instituição.
 - (D) registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e cadastradas perante o Ministério da Justiça ou órgão equivalente nos Estados e Municípios, para exercício das atividades de relevante interesse público previstas nos seus estatutos.
 - (E) autorizadas pelo Poder Executivo da União, dos Estados ou dos Municípios mas não integrante da respectiva administração indireta, para exercício de atividades públicas sem sujeição ao regime jurídico da Administração.
57. Terá, obrigatoriamente, personalidade jurídica de direito privado uma
- (A) autarquia de regime especial.
 - (B) autarquia de regime comum.
 - (C) fundação pública.
 - (D) associação pública.
 - (E) sociedade de economia mista que exerça atividade econômica.
58. É hipótese de concessão de aposentadoria ao servidor público do Estado de Sergipe, com proventos integrais,
- (A) a aplicação da correspondente sanção por infração disciplinar.
 - (B) o serviço por trinta anos, se homem, ou vinte e cinco anos, se mulher.
 - (C) a invalidez permanente por acidente de trabalho de qualquer natureza.
 - (D) o exercício de trinta anos de função de magistério, se professor, ou vinte e cinco anos, se professora.
 - (E) haver completado setenta anos de idade.
59. Considere as seguintes afirmações:
- I. A criação de Fundações Públicas, no Estado de Sergipe, depende de lei específica aprovada pela Assembléia Legislativa.
 - II. A alteração do estatuto das Fundações Públicas deve ser aprovada por órgão do Ministério Público.
 - III. Compete ao Ministério Público velar pelas Fundações Públicas, embora não lhe caiba fazê-lo quanto às particulares.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II.
60. Determinado servidor público é acusado pela prática de ato que, ao mesmo tempo, é definido como crime e como infração disciplinar. Processado criminalmente, é absolvido, por estar comprovada a inexistência de autoria. A decisão na esfera criminal, neste caso,
- (A) implicará a inexistência da infração disciplinar, imputável àquele servidor.
 - (B) não produzirá efeitos se o servidor for considerado culpado pela infração administrativa.
 - (C) não terá qualquer consequência na esfera disciplinar.
 - (D) permitirá a responsabilização civil do servidor, baseada na responsabilidade objetiva.
 - (E) será apenas vinculante na esfera disciplinar se for proferida antes do término do processo administrativo.



<p>61. Considere:</p> <p>I. O agente fere a vítima, diabética, que, levada ao hospital vem a falecer em decorrência de diabete agravada pelo ferimento.</p> <p>II. O agente fere a vítima num morro coberto de gelo, a qual, impossibilitada de locomover-se pela hemorragia, vem a falecer em decorrência de congelamento.</p> <p>III. O agente fere a vítima com um disparo de arma de fogo e esta, levada ao hospital, vem a falecer em decorrência de veneno que havia ingerido antes da lesão.</p> <p>IV. O agente fere a vítima com disparo de arma de fogo. A vítima, levada ao hospital, vem a falecer em decorrência de incêndio.</p> <p>Tendo em conta a relação de causalidade física, o agente responderá por homicídio consumado na situação indicada SOMENTE em</p> <p>(A) IV. (B) I e II. (C) I e III. (D) III. (E) III e IV.</p>	<p>66. A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que</p> <p>(A) os crimes de mera conduta não admitem participação. (B) não há possibilidade de coautoria em crime culposo. (C) o mandante do crime não responde por coautoria. (D) a instigação é espécie de coautoria. (E) não há participação dolosa em crime culposo.</p>
<p>62. O art. 5º, LVII, da Constituição Federal dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Nesse dispositivo constitucional está consagrado o princípio</p> <p>(A) da anterioridade da lei penal. (B) da presunção de inocência. (C) da legalidade. (D) do contraditório. (E) do juiz natural.</p>	<p>67. Considere:</p> <p>I. Tício resolveu matar seu desafeto. Elaborou um plano de ação, apanhou uma faca e o atacou, desferindo-lhe golpes. Este, no entanto, conseguiu desviar-se e, utilizando técnicas de defesa pessoal, dominou e desarmou o agressor.</p> <p>II. Caio resolveu matar seu desafeto. Adquiriu uma arma e efetuou diversos disparos em sua direção, errando o alvo e acabou sendo preso por policiais que acorreram ao local.</p> <p>Nas situações indicadas, deve ser reconhecida a ocorrência de</p> <p>(A) fatos penalmente irrelevantes. (B) crime tentado e crime consumado, respectivamente. (C) crimes consumados. (D) crimes tentados. (E) crime consumado e crime tentado, respectivamente.</p>
<p>63. Fato típico é</p> <p>(A) a modificação do mundo exterior descrita em norma legal vigente. (B) a descrição constante da norma sobre o dever jurídico de agir. (C) a ação esperada do ser humano em face de uma situação de perigo. (D) o comportamento humano descrito em lei como crime ou contravenção. (E) a possibilidade prevista em lei do exercício de uma conduta ilícita.</p>	<p>68. Pedro efetuou disparo de arma de fogo contra Paulo. Em seguida, arrependido, o levou até um hospital, onde, apesar de atendido e medicado, veio a falecer. Nesse caso, houve</p> <p>(A) arrependimento posterior. (B) desistência voluntária. (C) arrependimento eficaz. (D) crime tentado. (E) crime consumado.</p>
<p>64. A respeito da conduta, como elemento do fato típico, é correto afirmar que são relevantes para o Direito Penal</p> <p>(A) as omissões humanas voluntárias. (B) os atos de seres irracionais. (C) o pensamento e a cogitação intelectual do delito. (D) os atos realizados em estado de inconsciência. (E) os atos produzidos pelas forças da natureza.</p>	<p>69. Denomina-se crime complexo o que</p> <p>(A) exige que os agentes atuem uns contra os outros. (B) se enquadra num único tipo legal. (C) é formado pela fusão de dois ou mais tipos legais de crime. (D) exige a atuação de dois ou mais agentes. (E) atinge mais de um bem jurídico.</p>
<p>65. O médico que, numa cirurgia, sem intenção de matar, esqueceu uma pinça dentro do abdômen do paciente, ocasionando-lhe infecção e a morte, agiu com</p> <p>(A) culpa, por imperícia. (B) dolo direto. (C) culpa, por negligência. (D) culpa, por imprudência. (E) dolo eventual.</p>	<p>70. O agente arremessou uma granada contra cinco pessoas, ocasionando-lhes a morte. Nesse caso, ocorreu</p> <p>(A) concurso formal de crimes. (B) crime de perigo concreto. (C) concurso material de crimes. (D) crimes continuados. (E) crime plurissubjetivo.</p>



<p>71. Considere:</p> <p>I. Para os efeitos legais, são imóveis, dentre outros, as energias que tenham valor econômico e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.</p> <p>II. Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.</p> <p>III. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.</p> <p>IV. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV. (B) I, II e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>	<p>75. De acordo com o Código Civil brasileiro, é nulo o casamento</p> <p>(A) realizado por autoridade celebrante incompetente. (B) contraído por infringência de impedimento. (C) de quem não completou a idade mínima para casar. (D) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento. (E) realizado pelo mandatário, sem que ele soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.</p>
<p>72. Maria, João, Pedro e Samanta são vizinhos e grandes amigos. Maria e João possuem 16 anos completos e Pedro e Samanta possuem 17 anos completos. Maria é casada legalmente com Douglas; João exerce emprego público temporário; Pedro colocou grau em curso de ensino médio e Samanta é proprietária de estabelecimento comercial que lhe gera economia própria. Neste caso, cessou a incapacidade relativa para exercer certos atos da vida civil, APENAS para</p> <p>(A) João, Maria e Pedro. (B) Maria e Samanta. (C) João e Pedro. (D) Maria, João e Samanta. (E) Samanta e Pedro.</p>	<p>76. Prescreve em dois anos a pretensão</p> <p>(A) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular. (B) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários. (C) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem. (D) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos. (E) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano.</p>
<p>73. De acordo com o Código Civil brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito público, dentre outras,</p> <p>(A) as organizações religiosas, as empresas públicas e a União. (B) os partidos políticos, as autarquias federais e os municípios. (C) as autarquias federais, as associações públicas e as empresas públicas. (D) as organizações religiosas, os partidos políticos e a União. (E) as associações públicas, os partidos políticos e as autarquias federais.</p>	<p>77. Com relação a obrigação de dar coisa certa e incerta é correto afirmar que,</p> <p>(A) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente, mais perdas e danos. (B) deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, não poderá o credor resolver a obrigação, devendo aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu. (C) a obrigação de dar coisa certa, em regra, não abrange os acessórios dela não mencionados. (D) até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. (E) os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.</p>
<p>74. Com relação ao domicílio é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes. (B) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada. (C) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas. (D) O domicílio do marítimo será a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado. (E) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p>	<p>78. As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas APENAS pelos parentes</p> <p>(A) consanguíneos em linha reta de um dos nubentes e pelos colaterais consanguíneos até terceiro grau. (B) consanguíneos em linha reta de um dos nubentes e pelos colaterais consanguíneos em segundo grau. (C) em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins. (D) colaterais em segundo grau, sejam consanguíneos ou afins. (E) em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, também consanguíneos ou afins.</p>



<p>79. Aquiles era casado em comunhão universal de bens com Joana e faleceu, deixando dois filhos: Maria e João. Maria é fruto de seu casamento com Joana e João de seu primeiro matrimônio com Fátima, já falecida. Deixou, ainda, seus pais Douglas e Janaina e um irmão chamado Átila. Nesse caso, a sucessão legítima defere-se a</p> <p>(A) Maria e João.</p> <p>(B) Maria em concorrência com Joana, Douglas e Janaina.</p> <p>(C) Maria e João em concorrência com Joana.</p> <p>(D) Maria e João em concorrência com Joana, Douglas e Janaina.</p> <p>(E) Douglas e Janaina.</p>	<p>82. A condenação de um réu sem defensor viola o princípio</p> <p>(A) da oficialidade.</p> <p>(B) da publicidade.</p> <p>(C) do juiz natural.</p> <p>(D) da verdade real.</p> <p>(E) do contraditório.</p>
<p>80. Com relação à sucessão geral, é correto afirmar:</p> <p>(A) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da formalização da partilha.</p> <p>(B) Aberta sucessão a herança não se transmite, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.</p> <p>(C) A sucessão dar-se-á por lei ou por disposição de última vontade.</p> <p>(D) A sucessão abre-se no local de nascimento do falecido.</p> <p>(E) Havendo herdeiros necessários o testador somente poderá dispor de um terço da herança.</p>	<p>83. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente denomina-se</p> <p>(A) ato ordinatório.</p> <p>(B) despacho.</p> <p>(C) sentença.</p> <p>(D) decisão interlocutória.</p> <p>(E) acórdão.</p>
<p>81. Considere as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público:</p> <p>I. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões e produzir prova em audiência.</p> <p>II. Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.</p> <p>III. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.</p> <p>IV. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.</p>	<p>84. Se o processo tramita perante Tribunal de Justiça, o ato processual, cuja execução deva ser feita por Juiz de Comarca do interior do Estado, deve ser requisitado através de carta</p> <p>(A) simples.</p> <p>(B) registrada.</p> <p>(C) precatória.</p> <p>(D) rogatória.</p> <p>(E) de ordem.</p>
<p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>	<p>85. A respeito da citação, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quando, conhecido o endereço do réu, houver suspeita de ocultação, far-se-á a citação por edital.</p> <p>(B) O oficial de justiça poderá realizar a citação em outra comarca, desde que contígua, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana.</p> <p>(C) Na citação por oficial de justiça, é necessária a leitura do mandado, sendo dispensável a entrega da contrafé.</p> <p>(D) A citação pessoal por mandado só se completa com o envio pelo escrivão de carta, telegrama ou radiograma ao réu, dando-lhe de tudo ciência.</p> <p>(E) A citação ordenada por juiz incompetente não constitui em mora o devedor, nem interrompe a prescrição.</p>
	<p>86. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, somente poderá ser feita</p> <p>(A) pessoalmente.</p> <p>(B) por carta simples.</p> <p>(C) por carta registrada.</p> <p>(D) pela imprensa.</p> <p>(E) por carta registrada, com aviso de recebimento.</p>



87. Considera-se pressuposto recursal subjetivo a
- (A) sucumbência.
 - (B) previsão legal.
 - (C) adequação.
 - (D) tempestividade.
 - (E) regularidade procedimental.
88. Instaurado inquérito policial por crime de ação pública, este poderá ser arquivado pelo
- (A) Escrivão de Polícia, mediante ordem da autoridade policial.
 - (B) Juiz, após a manifestação do Ministério Público.
 - (C) Delegado de Polícia, mediante parecer do Ministério Público.
 - (D) Ministério Público, quando o fato não for criminoso.
 - (E) Delegado de Polícia, mediante requerimento escrito da vítima.
89. A respeito da ação penal pública, é correto afirmar que
- (A) pode ser instaurada pelo juiz de ofício.
 - (B) só pode ser instaurada mediante prévio inquérito policial.
 - (C) depende sempre da representação do ofendido.
 - (D) a sua propositura cabe privativamente ao Ministério Público.
 - (E) o Ministério Público, após a sua instauração, pode dela desistir.
90. Considere:
- I. Qualquer do povo, mesmo não sendo policial, pode prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 - II. A prisão preventiva para garantia da ordem pública pode ser determinada pelo representante do Ministério Público.
 - III. Pode ser preso em flagrante o autor do fato encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.